

*R* *Luc*  
*[Signature]*

**Ata da Assembleia Geral n.º 11/2026**

Aos vinte e dois dias do mês de maio de 2026, pelas dez horas, na sede social sita na Praça da Portagem, em Almada, reuniu a Assembleia Geral da Infraestruturas de Portugal, S.A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503933813, com o capital social de 15.851.510.000,00€, totalmente realizado.-----

Uma vez que os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral se encontravam vagos e estando ausente a Secretária da Mesa da Assembleia, Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia, as funções de Presidente e de Secretário da Mesa da Assembleia Geral foram exercidas, respetivamente, pelo Senhor Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão (CMF-CGS), Dr. José Emílio Coutinho Castel-Branco, e pelo Senhor Dr. José Manuel Fusco Gato que representou o acionista Estado Português, detentor da totalidade do capital social, a quem foram conferidos os poderes necessários para intervir, deliberar e votar nesta Assembleia de acordo com o Despacho Conjunto assinado pelos Senhores Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e Ministro das Infraestruturas e Habitação, Dr. João Silva Lopes e Dr. Miguel Pinto Luz, respetivamente, datado de 2026-05-21, o qual fica arquivado na sociedade.-----

Estavam igualmente presentes os membros do Conselho de Administração Executivo (CAE) da IP, S.A.: Senhor Presidente, Professor Doutor Miguel Jorge de Campos Cruz, Senhor Vice-Presidente, Eng.º Carlos Alberto João Fernandes, Senhora Vice-Presidente, Dr.ª Maria Amália Freire de Almeida e a Senhora Vogal, Dr.ª Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa. -----

Encontravam-se ainda presentes para além do referido Senhor Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, o Senhor Vogal da mesma Comissão Professor Doutor Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz, a Senhora Dr.ª Carla Margarida Vicente Godinho, como representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Vítor Almeida & Associados e a Senhora Dr.ª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério, em representação do Auditor Externo BDO & Associados, SROC, Lda., a qual teve autorização do Senhor Presidente da Mesa para participar na Assembleia.-----

Foi assinada a Lista de Presenças elaborada nos termos do n.º 2 do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, que fica arquivada na Sociedade de acordo com a disposição constante do n.º 4 do mencionado artigo. -----

Considerando reunidas todas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, o Senhor Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, agradecendo a presença de todos, declarou aberta a sessão, informando que a mesma foi regularmente convocada nos termos dos artigos 376.º e 377.º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos, que não sofreu alteração: -----



- 1.º Deliberar sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, constituídos pelo Relatório de Gestão Consolidado, (que inclui o Reporte de Sustentabilidade) as Demonstrações Financeiras Separadas e Consolidadas e correspondentes Notas, e o Relatório do Governo Societário, bem como sobre o Relatório Anual de Atividades do Conselho Geral e de Supervisão.
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2025.-----
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.-----
- 4.º Deliberar sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2026-2028.-----
- 5.º Proceder à eleição dos Órgãos Sociais para o Triénio 2026-2028.-----
- 6.º Outros assuntos de interesse para a Sociedade.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou ao **primeiro ponto** da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração Executivo, Professor Doutor Miguel Cruz, que agradeceu e saudou todos os participantes da Assembleia.-----

O Senhor Presidente do Conselho de Administração Executivo passou então a apresentar na Assembleia Geral os principais resultados alcançados pela Infraestruturas de Portugal no exercício de 2025, bem como as prioridades que enquadram a nossa atuação em 2026. Como tantas vezes se diz – e bem –, as infraestruturas só se notam verdadeiramente quando falham; por isso, quando funcionam com segurança, continuidade e fiabilidade, esse é também um resultado que importa valorizar. A Infraestruturas de Portugal gere cerca de 2500 km de rede ferroviária em exploração, 15 000 km de rede rodoviária, 6 subconcessões rodoviárias, uma vasta rede de telecomunicações e um património imobiliário distribuído por Portugal continental, assegurando serviços seguros, eficientes, sustentáveis, fiáveis e permanentemente disponíveis, com impacto direto no desenvolvimento económico e na coesão social.-----

No exercício de 2025, o investimento global na rede gerida pela IP ascendeu a 639 milhões de euros, representando uma redução de 18% face aos 776 milhões de euros investidos em 2024, essencialmente na rede ferroviária, como efeito previsto de mudança de ciclo de investimentos, tendo o diferencial sido, também como antecipado, parcialmente compensado por um aumento de investimento rodoviário, essencialmente associado ao ciclo de vida do programa PRR.-----

Outro fator que tem importância para os níveis de execução tem a ver com o facto de termos tido um incremento de execução no período subsequente ao da utilização do despacho de delegação de competências no CAE, que permitiu ter um período de maior celeridade na aprovação dos plurianuais. Tendo esse despacho de delegação de competências deixado de existir em 2023, o ritmo de execução veio a ter um natural impacto.-----

Do referido valor de investimento, 412 milhões de euros foram destinados à requalificação e modernização da Rede Ferroviária Nacional. Há a assinalar a modernização da Linha da Beira Alta, com um investimento em 2025 no montante de 91 milhões de euros, as intervenções na nova

ligação ferroviária Évora-Elvas/Caia, com uma execução de 47 milhões de euros, e o Sistema de Mobilidade do Mondego, com um investimento de 45 milhões de euros. -----

Em 2025 importa assinalar a reposição do serviço de passageiros na Linha de Leixões, em resultado de um protocolo estabelecido entre a Câmara de Matosinhos, a CP – Comboios de Portugal e a IP, e a reposição integral da circulação de comboios ao longo dos 190 km da Linha da Beira Alta, agora modernizada. Saliento também a consignação de duas obras ferroviárias relevantes: a empreitada de Modernização da Linha de Vendas Nova e a empreitada de eletrificação e modernização do troço Marco-Régua da Linha do Douro. No que diz respeito à linha de alta velocidade entre Lisboa e Porto, assinalo a assinatura do contrato de concessão e do financiamento do primeiro troço, entre Porto e Oiã, passo decisivo na concretização da futura linha. No Eixo Lisboa-Madrid, relevo a Decisão de Execução (UE) 2025/2198 da Comissão, de 30 de outubro, sobre a implementação da ligação ferroviária de alta velocidade Lisboa-Madrid no corredor europeu de transporte «Atlântico». -----

No exercício de 2025, a execução rodoviária registou um crescimento de 98%, atingindo um investimento total de 213 milhões de euros, face aos 108 milhões de euros de 2024. Este desempenho foi impulsionado, como referi, pelo forte contributo do PRR, a que acrescem os investimentos em eixos estratégicos e os outros investimentos rodoviários no valor de 13 milhões de euros. -----

Efetivamente, 2025 foi um ano extremamente marcante para os investimentos PRR em desenvolvimento pela IP. Durante o ano 2025, concluímos 9 empreitadas rodoviárias PRR (Componente 7): EN14. Interface Rodoferroviário da Trofa / Santana, incluindo nova ponte sobre o Rio Ave, EN4. Variante da Atalaia, Ligação de Baião a Ponte de Ermida - Troço 1 - EN108. Lodão/Ponte de Ermida (Requalificação), EN103. Vinhais/Bragança – Requalificação, Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos, Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11, Ligação da Zona Industrial de Rio Maior à EN114, Melhoria de Acessibilidades à Zona Industrial de Campo Maior, Via do Tâmega – Variante à EN210 (Celorico de Basto). Acresce que terminámos, antecipadamente, 4 secções significativas de empreitadas: IP8 (EN121). Ferreira do Alentejo /Beja, incluindo Variante a Beringel, IP8 (EN259). Sta. M. Sado /Ferreira do Alentejo, incluindo Variante de Figueira de Cavaleiros, EN344. Requalificação entre o km 67+800 e o km 75+520 - Pampilhosa da Serra (final), Ligação ao Parque Industrial do Mundão – EN229 ex-IP5 / Parque Industrial do Mundão.-----

No contexto do PRR, a IP cumpriu todos os Marcos definidos para a verificação nacional dos investimentos sob sua responsabilidade, destacando-se 2025 com o cumprimento de duas metas finais. O trabalho da IP no âmbito do PRR, em que, inicialmente, tinha apenas sob gestão projetos da componente 7, foi mais tarde alargado passando a ter um projeto na componente 15 de Digitalização, no âmbito da sinalização ferroviária, ao qual veio a acrescentar vários projetos no

âmbito ferroviário, de cibersegurança, e digitalização, num total superior a 570 milhões de euros. Todos os projetos estão ou concluídos ou em bom ritmo de execução, e as metas estão ou serão cumpridas.-----

Já em relação ao projeto relativo ao novo sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas, em 2025 verificou-se uma execução financeira de 1,1 milhões de euros, concentrados integralmente na Componente Marítima (cabos + SMART), sendo de destacar que, em 2025, se procedeu à construção, em fábrica, do cabo submarino. O ano de 2026 será o ano marcante para este projeto emblemático da IP, com as fases decisivas de instalação do mesmo.-----

Para além deste projeto, a IP tem vindo a ser chamada a desenvolver outros na área das comunicações digitais, tendo o último sido objeto muito recentemente de decisão do governo e refere-se ao desenvolvimento de uma cloud soberana, tendo a participada IP Telecom ficado responsável pela gestão da infraestrutura, assegurando assim que a gestão dos dados críticos do Estado se mantenha na esfera pública.-----

Em termos de manutenção e conservação das nossas redes, assinala-se a realização, em 2025, de 228 milhões de euros aplicados na rede rodoviária e de 107 milhões de euros na rede ferroviária. Assim, o valor total de investimento nas redes rodoviárias e ferroviárias, Anel CAM e adicionado da manutenção, ultrapassou os 1.367 milhões de euros.-----

Merece ainda destaque em 2025 o evento de falha generalizada de energia elétrica que ocorreu em 28 abril e que colocou desafios importantes à IP, sem que, em qualquer momento, os utilizadores das infraestruturas rodoferroviárias sob a sua responsabilidade tenham sido colocados numa situação de risco. Dando utilidade aos ensinamentos recolhidos neste evento a IP tem em curso várias ações, integradas numa abordagem planeada, sistémica e sistemática, visando o reforço da sua resiliência, reforçando os cenários existentes para reagir a eventuais repetições deste cenário e a outros que comprometam a continuidade da prestação, em segurança, dos serviços essenciais que lhe cabe disponibilizar aos utilizadores.-----

Em termos de desempenho económico e financeiro, a IP terminou o ano de 2025 com um Resultado Líquido de 135 milhões de euros, comparando com 124 milhões de euros em 2024. Os Rendimentos Operacionais totalizaram 1.547 milhões de euros, em linha com o ano anterior, enquanto os gastos operacionais atingiram 1.234 milhões de euros, refletindo um aumento de cerca de 16 milhões de euros. Em suma, os números confirmam que a solidez da gestão não dispensa prudência – antes a exige.-----

Neste tema, importa destacar a potencial pressão inflacionista (muito recentemente, aliás, o Banco Central veio rever em alta as previsões de inflação para 2026) de eventos recentes no médio oriente associada ao aumento do preço do petróleo, dos custos de energia e da disrupção adicional nas cadeias logísticas, e a consequência que tal poderá ter na evolução dos custos

relevantes para a atividade da IP durante 2026. A este facto, acresce, agravado pelas intempéries, a quantidade de solicitações dirigida ao mercado de projetistas, empreiteiros e prestadores de serviço, que também, naturalmente pressionarão preços, disponibilidade e prazos. Finalmente, as consequências de eliminação de portagens e pressões sobre outras fontes de financiamento da IP, terão de ser abordadas por forma a evitar um impacto orçamental relevante, nomeadamente, sobre as atividades de manutenção. Desta forma, a disponibilização de até 400 milhões de euros para a abordagem às intempéries assume, neste contexto, um importante papel.-----

Na relação com o Acionista, destaco a obtenção, no final de 2025, de emissão do visto prévio do Tribunal de Contas do Contrato Programa Ferroviário para o período 2024-2028. A entrada em vigor deste novo contrato programa é um evento particularmente relevante do ano de 2025.-----

O reporte de sustentabilidade do Grupo IP feito em 2025 constituiu um passo muito relevante no sentido do alinhamento com as exigências da Diretiva Europeia relativa ao reporte de sustentabilidade das empresas (CSRD) e com o Regulamento da Taxonomia da União Europeia, reforçando a transparência e a robustez da informação divulgada sobre as práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como a quantidade e qualidade dos dados reportados. -----

Destaco igualmente, neste exercício, a realização, pela primeira vez, de uma verificação externa independente da informação de sustentabilidade, a qual se traduz no reforço da credibilidade e fiabilidade do reporte. Este processo constituiu um desafio adicional para a organização, exigindo o reforço dos mecanismos de rastreabilidade da informação e o aperfeiçoamento dos processos internos de recolha, tratamento, validação e reporte dos dados de sustentabilidade. Não posso deixar de agradecer, também aqui, o trabalho, profissionalismo e dedicação das equipas da IP, na resposta a uma exigência adicional.-----

No domínio ambiental, prosseguimos, em 2025, o investimento na descarbonização e na circularidade da nossa atividade, através da operacionalização do Programa “IP 1.5” para alcançar as metas de redução de emissões de GEE 2030, aprovadas em 2023 pela *Science Based Target Initiative* (SBTi), do Plano ECO.AP 2030 e do desenvolvimento de projetos inovadores que incorporam princípios de “eco-conceção”.-----

Entre outras ações desenvolvidas em 2025, destaca-se a continuação da expansão e modernização da ferrovia e a promoção da vantagem ambiental deste modo de transporte, indo ao encontro dos objetivos estabelecidos pela Comissão Europeia, no *Green Deal* e na Estratégia para a Mobilidade Inteligente e Sustentável. A crescente eletrificação da RFN constitui um contributo decisivo para a descarbonização do setor dos transportes. Por sua vez, o projeto da LAV Porto-Lisboa permitirá implementar um serviço de elevada qualidade, caracterizado por reduções significativas dos tempos de viagem, aumento da frequência de serviços e melhoria da conectividade territorial, com potencial para captar passageiros aos modos rodoviário e aéreo e contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE).-----

Num contexto em que os eventos climáticos extremos se intensificam em frequência e duração, com impactes significativos nas nossas infraestruturas e serviços prestados, importa salientar a importância do desenvolvimento da 2ª fase do Plano de Resiliência das Infraestruturas às Alterações Climáticas (PRIAC), cuja conclusão está prevista para 2026. Este Plano permite identificar e priorizar medidas de adaptação destinadas a reforçar a resiliência das nossas infraestruturas, apoiando o planeamento dos investimentos de curto, médio e longo prazo e contribuindo para prolongar o ciclo de vida dos ativos. -----

Estas ações, entre outras, contribuem quer para o alinhamento da nossa atividade com a taxonomia europeia - que em 2025 registou um alinhamento das atividades core (ferroviária e rodoviária) em cerca de 18%, 46% e 30% respetivamente do Volume de Negócio, CAPEX e OPEX - quer para materializar o alinhamento da nossa estratégia de sustentabilidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular, com o ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis, o ODS 9 – Infraestruturas, Indústria e Inovação, o ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis e o ODS 13 – Ação Climática. -----

Na dimensão social, reconhecemos que os colaboradores são um ativo estratégico fundamental para o sucesso da organização. Num contexto de transformação tecnológica, digitalização das infraestruturas e necessidade de aquisição de novas competências, aliado ao desafio da atração e retenção de talento, a IP manteve em 2025 uma forte aposta na qualificação dos seus recursos humanos. Através da Academia IP, foram disponibilizadas cerca de 18 600 horas de formação, principalmente nas áreas associadas ao negócio e à atividade core da empresa, nomeadamente nas engenharias, operações e segurança. -----

Foram igualmente desenvolvidas iniciativas de integração de novos colaboradores, através do programa de acolhimento e integração “Somos IP - *Onboarding*”, bem como oportunidades de desenvolvimento, aprendizagem e partilha de conhecimento dentro da Organização, através do programa de mobilidade interna MOV.IP. Paralelamente, o Estudo do Clima Organizacional realizado em 2025, com uma relevante taxa de participação de 70%, permitiu avaliar a perceção dos colaboradores relativamente ao ambiente, à cultura e às práticas de trabalho na organização. Ao nível do pilar da governança, a conduta do negócio, designadamente os riscos de corrupção e suborno e a gestão da relação com fornecedores constituem, no contexto das boas práticas de gestão, temas materiais para o Grupo IP. Nesse sentido, promovemos uma cultura assente nos melhores princípios éticos e de *compliance*, destacando-se, em 2025, a publicação do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (PPR), tendo implementado um procedimento autónomo e específico, no qual se definem as ações a desenvolver para a identificação, análise, avaliação, tratamento e monitorização destas situações, numa perspetiva integrada e transversal às empresas do Grupo. -----

A crescente digitalização do sistema de mobilidade e transportes, aliada ao aumento da sensorização das infraestruturas e à utilização de ferramentas de inteligência artificial, abre novas oportunidades, mas também novos desafios para os gestores de infraestruturas. Neste domínio, os dados assumem um papel central, sendo essencial garantir elevados níveis de segurança e proteção da informação. Em 2025, foi aprovado o Plano Estratégico de Cibersegurança do Grupo IP, reforçando a capacidade da organização para enfrentar estes desafios.-----

Reconhecendo a inovação como um vetor estratégico fundamental, aprovámos, em 2025, a nova Estratégia de Gestão Integrada de Inovação do Grupo IP 2035 (EGIIIP 2035), que define uma nova visão de longo prazo para a inovação e estabelece os respetivos objetivos estratégicos e eixos de atuação. Estes eixos traduzem as áreas prioritárias onde a inovação deve contribuir de forma mais significativa para a criação de valor, abrangendo dimensões ambientais, operacionais, tecnológicas, de mobilidade e organizacionais. Importa ainda destacar a importante adesão da IP como membro associado da Empresa Comum do Setor Ferroviário Europeu (*Europe's Rail Joint Undertaking, EU-Rail*), contribuindo para a transformação do setor ferroviário, com ênfase na digitalização, automação, sustentabilidade e integração multimodal.-----

Perspetivando 2026, a prioridade passará certamente pela implementação dos planos de recuperação das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, estando já em curso as ações necessárias.-----

Na projeção de um futuro próximo, importa ter em consideração o agravamento das tensões geopolíticas, de que o exemplo mais recente é o conflito no Médio Oriente, e o seu impacto no contexto económico, designadamente ao nível dos custos de energia, como já referi. Este é um aspeto a merecer especial atenção pelo seu potencial impacto no desempenho das empresas do Grupo IP. Ainda assim, perspetivamos a manutenção de uma trajetória de resultados líquidos positivos para os exercícios de 2026 a 2028, em linha com as estimativas constantes do Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028.-----

Em termos do plano de intervenções na rede, perspetiva-se para 2026 e anos seguintes um forte incremento da atividade de investimento. O ano de 2026 será também um ano muito importante para o projeto da Linha de Alta Velocidade entre Porto e Lisboa. No início do ano já foi relançado o concurso da PPP do troço entre Oiã e Soure (PPP2), prevendo-se que até ao final do ano seja lançado o concurso da PPP referente ao troço entre Soure e Carregado (PPP3).-----

O ano de 2026 ficará também marcado pela conclusão do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), prevendo-se um investimento da IP na ordem dos 171 milhões de euros, repartido pelas componentes C7 e C15. No domínio rodoviário, salienta-se a continuidade em 2026 das atividades no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº 69/2025, de 20 de março, que identifica os projetos rodoviários considerados prioritários.-----



Termino com duas notas finais. A primeira para recordar que 2025 foi também um ano de celebração. A 1 de junho de 2015 nasceu a Infraestruturas de Portugal e, em 2025, assinalámos o seu décimo aniversário — o que, para uma organização com esta responsabilidade, ainda não é maturidade plena, mas já é, pelo menos, idade suficiente para saber bem o que faz e porque o faz. Celebrámos esta data sublinhando a importância do Grupo IP na promoção da mobilidade, na implementação de políticas públicas no setor dos transportes e comunicações e na concretização de investimento público estruturante para o desenvolvimento económico do País. São dez anos de trabalho com visão de futuro, assente na sustentabilidade, na inovação e na modernização das redes que ligam o território. Como escreveu Fernando Pessoa, “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”; no nosso caso, a obra nasce do planeamento, da competência técnica e da perseverança quotidiana de muitas equipas. E 2026 será também um ano de comemorações, pois para além do 11º ano da IP, assinalámos já os 10 anos do Túnel do Marão e estamos a preparar as comemorações do 60 da Ponte 25 de Abril que, como sabem, teve a sua inauguração a 6 de agosto de 1966.-----

Não posso, contudo, deixar de sublinhar que 2026 ficará também inevitavelmente marcado pelas intempéries que afetaram muitas regiões do País e colocaram uma pressão excecional sobre as infraestruturas sob gestão da IP. A resposta a estas ocorrências exigiu mobilização, capacidade de coordenação e sentido de serviço público, e continuará a exigir, ao longo do ano, um esforço persistente de recuperação, inspeção e reforço da resiliência das nossas redes.-----

Quero, por isso, terminar com uma palavra de reconhecimento. Agradeço, em nome do Conselho de Administração Executivo, a todos os profissionais que, com dedicação e competência, fazem parte deste caminho, ao Acionista, aos nossos parceiros, aos demais stakeholders e à sociedade portuguesa, pela confiança que têm depositado em nós. Dirijo também um agradecimento particular aos meus colegas do Conselho, pelo empenho, espírito de colaboração e sentido de responsabilidade com que têm acompanhado este trabalho coletivo. Os resultados apresentam-se em tabelas e indicadores; mas, como bem sabemos, o essencial constrói-se sempre com pessoas. -----

Agradeço também o acompanhamento do Conselho Geral e de Supervisão, bem como o trabalho, disponibilidade e profissionalismo quer do Auditor Externo quer do ROC, os quais terminam também os seus mandatos. -----

Finda a apresentação do Senhor Presidente do Conselho de Administração Executivo, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão agradeceu a apresentação circunstanciada dos resultados, sublinhando que este Conselho testemunhou a evolução do Conselho de Administração Executivo, o trabalho desenvolvido, a cooperação e o relacionamento excelente com o Conselho

Geral e de Supervisão e também com os colaboradores da empresa e principalmente com os seus diretores que muito contribuíram para o trabalho realizado. -----

Considerou posteriormente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que o Conselho Geral e de Supervisão a necessidade de se dotar a Infraestruturas de Portugal de maior autonomia financeira, de se rever o modelo de financiamento e de a autonomizar do perímetro de consolidação do Orçamento do Estado e que o modelo de financiamento assente em sucessivos aumentos de capital não permite o reconhecimento do desempenho da Infraestruturas de Portugal e a visibilidade externa do trabalho desenvolvido nas diferentes áreas de atuação.-----

Manifestou depois o Senhor Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras que o Conselho Geral e de Supervisão reconhece e expressa admiração pelo esforço, dedicação e trabalho da Administração e dos colaboradores da Infraestruturas de Portugal, afirmando que o mesmo Conselho pôde acompanhar a evolução da empresa e o impacto do serviço público prestado, sendo da maior relevância o contributo da empresa para a recuperação do país após as sucessivas intempéries naturais.-----

De seguida, usando da palavra o Senhor Vogal da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, Professor Doutor Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz, expressou o gosto no relacionamento com o Conselho de Administração Executivo e o quanto o impressionou a velocidade com que o mesmo Conselho se pôs ao corrente das atividades da Infraestruturas de Portugal e a forma como soube olhar para o futuro, sublinhando o empenho da equipa reduzida.-  
Agradecendo mais uma vez o relacionamento e a forma como trabalharam, desejou sorte a todos. Voltando ao uso da palavra, por ninguém mais ter querido fazer uso dela, o Senhor Dr. José Emílio Castel-Branco, na qualidade de Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão agradeceu na pessoa da Senhora Dr.<sup>a</sup> Carla Godinho, o trabalho que ao longo de muitos anos desenvolveu com o Revisor Oficial de Contas, e com o Auditor Externo, na pessoa da Senhora Dr.<sup>a</sup> Sandra Filipe, sublinhando a colaboração inexcelável prestada e que suportou a atividade do Conselho Geral e de Supervisão, em que destacou o diálogo fácil e útil que permitiu ao Conselho o cumprimento da sua missão dentro dos respetivos prazos.-----

Usando então da palavra a Senhora Dr.<sup>a</sup> Carla Margarida Vicente Godinho, agradeceu em nome da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Vítor Almeida & Associados a colaboração prestada, manifestando o gosto do trabalho realizado com a Infraestruturas de Portugal que se conclui. -----

Por seu turno, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério fez uso da palavra para, em representação do Auditor Externo BDO & Associados, SROC, Lda., agradecer a excelente colaboração com todos durante os seis anos de trabalho Infraestruturas de Portugal e desejar felicidades a todos.-----



De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou passar-se à votação do **ponto um** da ordem de trabalhos, dando a palavra ao representante do acionista Estado, Senhor Dr. José Manuel Fusco Gato, que no uso da mesma agradeceu ao Senhor Presidente do Conselho de Administração Executivo a apresentação esclarecedora dos resultados de 2025 e também as preocupações que partilhou quanto a 2026, agradecendo a todo o Conselho de Administração Executivo, extensível a toda a empresa, a colaboração prestada à Entidade de Tesouro e Finanças, sem a qual não teria sido possível à equipa que acompanha um vasto conjunto de empresas, o cumprimento dentro dos *timings* fixados, passando depois a votar favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício de 2025, constituídos pelo Relatório de Gestão Consolidado, que inclui o Reporte de Sustentabilidade, pelas Demonstrações Financeiras Separadas e Consolidadas e correspondentes Notas, pelo Relatório do Governo Societário e pelo Relatório Anual de Atividades do Conselho Geral e de Supervisão, tendo presente o parecer favorável emitido pelo Conselho Geral e de Supervisão, bem como as Certificações Legais das Contas e os Relatórios de Auditoria, emitidos sem reservas, embora com ênfases e matérias relevantes de auditoria que deverão continuar a ser objeto de acompanhamento.-----

Sem prejuízo do sentido de voto favorável, recomendou ao Conselho de Administração Executivo que diligencie no sentido de: -----

- i) prosseguir, em 2026, uma política efetiva de otimização e controlo dos gastos operacionais, assegurando o cumprimento das autorizações concedidas no âmbito do PAO e dos limites legal e orçamentalmente aplicáveis; -----
- ii) reforçar os mecanismos de acompanhamento da execução do Plano de Atividades e Orçamento, em especial no que respeita aos projetos ferroviários estruturantes, PRR, PNI 2030 e demais investimentos com financiamento público ou europeu; -----
- iii) manter o cumprimento do Programa Pagar a Tempo e Horas, reforçando o controlo da evolução do prazo médio de pagamentos e prevenindo a constituição de pagamentos em atraso;-----
- iv) assegurar o acompanhamento sistemático das matérias objeto de ênfase nas Certificações Legais das Contas, designadamente no que respeita a litígios associados a subconcessões rodoviárias, contingências fiscais, financiamento do acionista Estado e impactos do modelo financeiro da concessão rodoviária; -----
- v) prestar à ETF informação complementar sobre as matérias que careçam de validação adicional no âmbito do cumprimento das orientações do acionista Estado, designadamente quanto à evolução da massa salarial e aos indicadores de eficiência operacional.-----

O Senhor Presidente da Mesa passou ao **segundo ponto** da ordem de trabalhos – Proposta de aplicação de resultados do exercício de 2025, no montante de 134.536.641,98€ (cento e trinta e

HR Cruz

quatro milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e um euros e noventa e oito cêntimos) -----

O representante do acionista, Senhor Dr. José Manuel Fusco Gato, votou favoravelmente a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o resultado líquido positivo, no valor de 134.536.641,98 euros, apurado no exercício de 2025, ser aplicado em Reserva Legal. -----

Entrando no **ponto três** da ordem de trabalhos - apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade -, e nenhum dos membros dos órgãos sociais desejando usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao representante do acionista que propôs e votou favoravelmente, nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, um voto de confiança no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros, bem como no órgão de fiscalização designadamente no Conselho Geral e de Supervisão e em cada um dos seus membros e no Revisor Oficial de Contas;-----

Passando ao **ponto quatro** da ordem de trabalhos - Plano de Atividades e Orçamento da IP para 2026-2028 - sem que qualquer dos membros dos órgãos sociais pretendesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao representante do acionista que votou favoravelmente a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2026-2028, circunscrito ao ano de 2026, sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da empresa, e com as seguintes limitações:-----

i. aumento dos Gastos operacionais, que se considera fundamentado e limitado a um valor máximo de 1.529.700 mil euros;-----

ii. aumento dos Gastos com pessoal, até ao limite de 170.872 mil euros. O valor afeto a novas contratações não pode ser afeto a utilização distinta;-----

iii. aumento dos gastos com Estudos, pareceres, projetos e consultoria até um acréscimo de 630 mil euros;-----

iv. contratação de 30 trabalhadores, que se considera fundamentada;-----

v. contratação de 12 trabalhadores a termo, que se considera fundamentada visto visarem atividades sazonais;-----

vi. renovação da frota, através de AOV, de 6 viaturas-oficina, que se considera fundamentada. ---

Entrando no **quinto ponto** da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao representante do acionista que propôs e votou favoravelmente a eleição dos membros dos órgãos sociais da IP, S.A. e a fixação do respetivo estatuto remuneratório para o mandato 2026-2028, com efeitos a 25 de maio de 2026:-----

**Mesa da Assembleia-Geral:** -----

- **Presidente:** José Manuel de Matos Passos -----

- **Vice-Presidente:** Ana Elisabete de Assunção Militão-----

*[Handwritten signatures]*

- **Secretário:** Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flôr de Morais -----

Fixar as seguintes senhas de presença a auferir pelos membros da Mesa da Assembleia Geral:--

Presidente: Valor ilíquido: 650,00€;-----

Vice-Presidente: Valor ilíquido: 525,00€;-----

Secretário: Valor ilíquido: 400,00€. -----

**Conselho de Administração Executivo:**-----

- **Presidente:** Paulo Jorge Leal da Silva Carmona-----

- **Vice-Presidente:** Rui Miguel Alves de Oliveira Coutinho-----

- **Vice-Presidente:** Carlos Alberto João Fernandes -----

- **Vogal:** Ana Rita Baião Matos -----

- **Vogal:** Maria Amália Freire de Almeida -----

- **Vogal:** Maria Helena Arranhado Carrasco Campos-----

- **Vogal:** Alberto Manuel Feio Vasques de Sousa Aroso-----

Designar a gestora pública Ana Rita Baião Matos para nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 31.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua versão atual, aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na sociedade seja superior a 1% do ativo líquido. -----

Fixar o seguinte estatuto remuneratório e as demais regalias e benefícios sociais para os membros do Conselho de Administração da IP, S.A. -----

**Remunerações Fixas:** -----

**Presidente:** Valor ilíquido: 6.412,58€ pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.565,03 € pago 12 vezes por ano; -----

**Vice-Presidente:** Valor ilíquido: 5.771,32€ pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.308,53 €, pago 12 vezes por ano; -----

**Vogal:** Valor ilíquido: 5.130,06€ pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.052,02€, pago 12 vezes por ano; -----

**Remunerações Variáveis:** -----

De montante e forma de pagamento estabelecidas no Contrato de Gestão a celebrar nos termos do disposto nos artigos 18.º e 30.º do Estatuto do Gestor Público (EGP) e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro. -----

**Regalias ou Benefícios Sociais:** -----

i. Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez;

ii. O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do EGP; -----

iii. Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder € 80,00, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do EGP. -----

**Proibições:** -----

i. A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do EGP; e -----

ii. O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do EGP. -----

Ao presente estatuto remuneratório aplicam-se as disposições legalmente vigentes que o tomem por objeto, designadamente as atualizações remuneratórias praticadas na Administração Pública. Determinar que os gestores públicos ora eleitos devem apresentar, no prazo de 45 dias contados a partir da data da presente designação, uma proposta de objetivos anuais para o mandato 2026-2028, a incluir nos respetivos contratos de gestão a celebrar, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 18.º e 30.º do EGP e na Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, a qual deverá ser submetida de forma desmaterializada, através do Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado (SISEE), tendo em vista o cumprimento dos prazos estabelecidos no n.º 2 do artigo 18.º do EGP e no n.º 2 do artigo 2.º da referida Portaria. -----

**Conselho Geral e de Supervisão:** -----

- **Presidente:** Duarte Pitta Ferraz -----

- **Vogal e Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras:** Pedro Fontes Falcão -----

- **Vogal:** Alice Maria Vaz Paulos -----

- **Vogal:** Teresa Isabel Carvalho Costa -----

- **Vogal:** João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira -----

É ainda deliberado que o início de funções do Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras eleito fica condicionado à correspondente autorização do Banco de Portugal. -----

Em conformidade com os Estatutos e o disposto no n.º 2 do artigo 444.º do Código das Sociedades Comerciais, deve o Conselho Geral e de Supervisão nomear, de entre os seus membros, os vogais a integrar a Comissão para as Matérias Financeiras. -----

Fixar o seguinte estatuto remuneratório para os membros do Conselho Geral e de Supervisão da IP, S.A, que corresponde à remuneração de administrador não executivo, aplicando-se o disposto no artigo 29.º do EGP, não sendo abonado qualquer valor a título de despesas de representação:

- **Presidente:** Valor ilíquido de 1.603,15€ pago 14 vezes por ano (1/4 da remuneração ilíquida do presidente executivo); -----

- **Vogal:** Valor ilíquido de 1.282,52€ pago 14 vezes por ano (1/4 da remuneração ilíquida do vogal executivo); -----

- **Membro do Conselho Geral e de Supervisão com participação na Comissão, na qualidade de Presidente:** Valor ílquido de 2.137,53€ pago 14 vezes por ano (1/3 da remuneração ílquida do presidente executivo);-----

- **Membro do Conselho Geral e de Supervisão com participação na Comissão, na qualidade de vogal:** Valor ílquido de 1.710,02€ pago 14 vezes por ano (1/3 da remuneração ílquida do vogal executivo).-----

Em conformidade com a alínea e) do artigo 21.º dos Estatutos, deve o Conselho Geral e de Supervisão apresentar uma proposta fundamentada de eleição de revisor oficial de contas ou de sociedade de revisores oficiais de contas para a Sociedade, de forma a permitir o acompanhamento do seu mandato.-----

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Geral e de Supervisão ora eleitos devem assegurar a responsabilidade prevista no artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais, mediante caução ou contrato de seguro adequado, a comprovar junto da sociedade no prazo de 30 dias.-----

O Senhor Presidente da Mesa passou ao **sexto ponto** da ordem de trabalhos - Outros assuntos de interesse para a Sociedade – sem que qualquer dos presentes quisesse usar da palavra, expressando então votos de felicidade a quem cessa e a quem inicia funções.-----

Nada mais havendo a tratar e nenhum dos presentes querendo fazer uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a colaboração de todos, tendo encerrado a Assembleia pelas onze horas e quarenta e cinco minutos.-----

\_\_\_\_\_  
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em substituição  
José Emílio Coutinho Castel-Branco

\_\_\_\_\_  
O Secretário da Mesa da Assembleia Geral, em substituição  
(José Manuel Fusco Gato)